



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 94/X/4.^a

Aos dezanove dias do mês de Maio do ano dois mil e nove reuniu, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, na sala do Senado, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

14H30

1. Apreciação e votação da Acta n.º 93;
2. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 263/X (GOV)** - *Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro, que aprovou o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* - Deputado autor do parecer: Pedro Quartin Graça (PSD);
3. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 268/X (GOV)** - *Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril* - Deputado autor do parecer: Miguel Santos (PSD);
4. Apreciação da Redacção Final do Projecto de Resolução n.º 414/X (PS) sobre a criação de uma Fábrica de Ideias na Administração Pública;
5. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, a solicitar ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social os estudos sobre o impacto que a Proposta de Lei n.º 270/X (GOV) irá ter nas contas da segurança social e a sua sustentabilidade;
6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, a solicitar a vinda à Comissão do Senhor Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional - diferença dos números do desemprego fornecidos pelo IEFP e pelo INE;
7. Deliberação sobre proposta de remessa à 9.ª Comissão (Obras Públicas, Transportes e Comunicações) do Projecto de Lei n.º 779/X (BE) - *Cria um regime de isenção do pagamento dos passes dos transportes colectivos de passageiros, urbanos ou de uma área metropolitana, para os desempregados inscritos no Centro de Emprego*;
8. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - **Projecto de Lei n.º 772/X (PCP)** - *Altera o indexante dos apoios sociais e define novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de Segurança Social* (PS);
 - **Projecto de Lei n.º 776/X (BE)** - *Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho, reforçando os direitos dos trabalhadores* (PS);
 - **Proposta de Lei n.º 276/X (GOV)** - *Autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro* (PSD);
 - **Proposta de Lei n.º 282/X (GOV)** - *Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social* (PCP);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Proposta de Lei n.º 283/X (GOV)** - *Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (PSD);*
- **Proposta de Lei n.º 284/X (GOV)** - *Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro (CDS-PP);*
- **Proposta de Lei n.º 285/X (GOV)** - *Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro (BE).*

15H00

Audição de Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a Acta número noventa e três, que foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, em virtude de o Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) não se encontrar presente por participar na reunião de outra Comissão, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 263/X (GOV) – *Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro, que aprovou o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.* De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD), autor do parecer da Proposta de Lei n.º 268/X (GOV) – *Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril,* sugeriu que, atendendo ao facto de ter sido adiada a apreciação, em Plenário, daquela proposta de lei, que estava prevista para o dia seguinte, 20 de Maio, fosse igualmente adiada a apreciação do parecer em Comissão, de forma a incorporar os resultados da discussão pública, o que foi aceite por consenso.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, foi aprovada por unanimidade a redacção final do Projecto de Resolução n.º 414/X (PS) sobre a criação de uma Fábrica de Ideias na



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública, tendo sido aceites as sugestões de redacção constantes da Informação n.º 293/DAPLEN/2009, de 12 de Maio.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou de forma resumida o requerimento respectivo – que se explica por si próprio – solicitando ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social os estudos sobre o impacto que a Proposta de Lei n.º 270/X (GOV) – Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social irá ter nas contas da segurança social e a sua sustentabilidade.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) opinou que, por se tratar de uma matéria da maior importância, os termos do requerimento apresentado pelo PCP estavam absolutamente correctos.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que o PS iria viabilizar aquele requerimento, considerando que poderia ser uma prática por parte daquela Comissão Parlamentar a solicitação dos elementos que constam do n.º 3 do artigo 124.º do Regimento da Assembleia da República (estudos, documentos e pareceres que tenham fundamentado as propostas de lei).

Também o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) sublinhou que é uma obrigação regimental que impende sobre o Governo o envio dos documentos agora solicitados.

No ponto sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou que tinha acabado de dar entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo PSD, semelhante ao apresentado pelo CDS-PP, a solicitar a audição do Senhor Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o qual, havendo consenso, seria admitido e apreciado em conjunto com aquele. Não havendo qualquer manifestação em sentido contrário, foi dada a palavra, em primeiro lugar, ao Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) explicou que apresentou o requerimento após ter sido confrontado no dia anterior com notícias no sentido de terem sido alterados os números dos inscritos como desempregados nos centros de emprego, o que, a ser verdade, para além de ser muito grave, urge ser rapidamente esclarecido.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No mesmo sentido, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) disse que importava saber qual a proporção e âmbito da situação detectada.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que votará favoravelmente ambos os requerimentos pela emergência e urgência de o Presidente do IEFP vir à Comissão clarificar todas as dúvidas que têm surgido de há um ano a esta parte, designadamente, as que têm a ver com o apagamento de ficheiros.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou haver matéria suficiente para confrontar o Presidente do IEFP com as situações descritas na comunicação social.

Já a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) retorquiu que o responsável máximo pela situação descrita é o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e que na audição daquele membro do Governo marcada para as quinze horas haveria certamente oportunidade para questioná-lo no âmbito dos requerimentos em apreço.

O Senhor Presidente pôs então à votação os requerimentos apresentados pelo CDS-PP e pelo PSD, os quais foram rejeitados, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE.

De seguida, após uma breve pausa, o Senhor Presidente iniciou, em conjunto com a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, a audição do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, que se fez acompanhar dos Senhores Secretários de Estado da Segurança Social; do Emprego e da Formação Profissional; e Adjunta e da Reabilitação, a quem cumprimentou e informou que a mesma seria transmitida em directo pelo Canal Parlamento e integralmente gravada em suporte áudio.

Após uma intervenção inicial por parte do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, numa primeira ronda de pedidos de esclarecimentos, usaram da palavra os Senhores Deputados Adão Silva (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Mariana Aiveca (BE), Heloísa Apolónia (Os Verdes) e Miguel Laranjeiro (PS), tendo o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social respondido de forma



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

individualizada a cada pedido de esclarecimento. Na segunda ronda de pedidos de esclarecimentos, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Miguel Santos (PSD), cujos pedidos de esclarecimentos foram respondidos globalmente pelo Senhor Ministro.

Após a conclusão da audição, o Senhor Presidente retomou o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, no qual foi deliberado por consenso remeter o Projecto de Lei n.º 779/X (BE) à 9.ª Comissão, por se tratar de matéria eminentemente da sua competência.

No oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, foram designados, pelos coordenadores dos respectivos Grupos Parlamentares, autores dos pareceres os seguintes Senhores Deputados: Isabel Coutinho (PS) relativamente ao Projecto de Lei n.º 772/X (PCP), que altera o indexante dos apoios sociais e define novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social, e Costa Amorim (PS) quanto ao Projecto de Lei n.º 776/X (BE), que altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho, reforçando os direitos dos trabalhadores.

No que diz respeito às Propostas de Lei n.ºs 276/X (GOV) - *Autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro* e 283/X (GOV) - *Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho*, o coordenador do Grupo Parlamentar do PSD disse que indicará posteriormente os Deputados autores dos pareceres. Do mesmo modo, quanto às Propostas de Lei n.ºs 282/X (GOV) - *Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social*; 284/X (GOV) - *Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro* e 285/X (GOV) - *Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro*, ficou assente que os coordenadores dos grupos parlamentares do PCP, do CDS-PP e do BE indicariam, posteriormente, os respectivos Deputados autores dos pareceres.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) usou da palavra para discordar da forma como os trabalhos foram conduzidos pelo Senhor Presidente durante a audição do Senhor Ministro.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente disse que, para futuro, tirava uma ilação no sentido de que terão de ser estabelecidos critérios mais apertados quanto à condução dos trabalhos no âmbito das audições regimentais de membros do Governo.

Aproveitou ainda para esclarecer que a vinda do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a respeito da Proposta de Lei n.º 270/X (GOV), estava prevista para o dia 9 de Junho. Esta data foi imediatamente contestada pela generalidade dos Deputados da oposição presentes, por ser a três dias do debate na generalidade, em Plenário, tendo sido proposto o dia 2 de Junho, sugestão de que o Senhor Presidente tomou boa nota.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Maio de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Ana Manso
José Raúl dos Santos
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Helena Rodrigues
Sónia Fertuzinhos

- Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Oliveira
Pedro Quartim Graça